

**EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.598.217 - PR (2016/0113658-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**  
**EMBARGANTE** : SINDICATO DOS DELEGADOS DE POLICIA FEDERAL NO  
PARANA  
**ADVOGADOS** : MARCELO TRINDADE DE ALMEIDA E OUTRO(S) -  
PR019095  
JOAO LUIZ ARZENO DA SILVA - PR023510  
**EMBARGADO** : UNIÃO

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO CIVIL. SISTEMA REMUNERATÓRIO E BENEFÍCIOS. AUXÍLIO-TRANSPORTE. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO. INEXISTENTE.

I - Na origem, trata-se de ação civil pública que objetiva seja reconhecido aos delegados, ora substituídos, o direito ao recebimento do auxílio-transporte, regulamentado pelo Decreto n. 2.880/1998 e disciplinado na Medida Provisória n. 2.165-36/2001, por utilizarem seus veículos próprios no deslocamento de suas residências ao local de trabalho e vice-versa, sem qualquer desconto a título de contraprestação. Na sentença, julgou-se improcedente o pedido. No Tribunal *a quo*, a sentença foi mantida.

II - Trata-se de embargos de declaração opostos contra acórdão que desproveu agravo interno.

III - Os aclaratórios somente são cabíveis para a modificação do julgado que se apresentar omissos, contraditórios ou obscuros, bem como para sanar possível erro material existente na decisão, o que não aconteceu no caso dos autos.

IV - Embargos de declaração não se prestam ao reexame de questões já analisadas, com o nítido intuito de promover efeitos modificativos ao recurso, quando a decisão apreciou as teses relevantes para o deslinde do caso e fundamentou sua conclusão.

V - Embargos de declaração rejeitados.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros Herman Benjamin, Og Fernandes, Mauro Campbell Marques e Assusete Magalhães votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO  
Relator

